



## DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL SOB A ÓTICA DO MARCO TEMPORAL E DO INDIGENATO

### Autor(res)

Stênio Ribeiro De Oliveira  
Jessica Sayuri Hisano Natori  
Glauca Fernanda Tempesta  
Dielle Samara Frota Braga  
Nailla Regina Esper Revoredo

### Categoria do Trabalho

1

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

### Introdução

A demarcação das terras indígenas no Brasil é um tema complexo que envolve questões históricas, políticas, sociais, ambientais e econômicas. Por intermédio da demarcação, busca-se garantir o direito dos povos indígenas à posse e usufruto exclusivo das suas terras tradicionais, reconhecendo sua cultura, modo de vida e autonomia. O marco temporal defende que só seriam consideradas terras indígenas as que estivessem ocupadas pelos índios na data da promulgação da Constituição Federal de 1988. Já o indigenato sustenta que a ocupação ancestral é suficiente para garantir a titularidade das terras aos povos indígenas. A primeira tese surgiu em 2009 no caso da demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol/RR. Em 2017, a Advocacia-Geral da União emitiu um parecer definindo o marco temporal como critério para decidir eventuais disputas por terras, sob argumento de que essa definição seria necessária para garantir a segurança jurídica e evitar conflitos intermináveis sobre a posse de terras.

### Objetivo

Analisar os votos proferidos no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1017365, com ênfase no acolhimento ou afastamento das teses jurídicas do marco temporal e indigenato.

### Material e Métodos

Realizou-se uma análise descritiva dos votos proferidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), durante o julgamento do RE 1017365, a partir do estudo das gravações das audiências realizadas pelo Plenário do Tribunal, as quais se iniciaram em 2019, com o voto do ministro relator, e finalizaram em 2023. Além disso, também foram consultadas notícias e outros documentos oficiais correlatos.

### Resultados e Discussão

Por 9 votos a 2, o Plenário do STF decidiu que a ocupação tradicional indígena não pode se limitar à ocupação ou



disputa de terra na data da promulgação da Constituição Federal (5/10/1988) e fixou tese de repercussão geral no mesmo sentido. O voto vencedor, contrário ao marco temporal, enfatizou a proteção constitucional dos direitos fundamentais das comunidades indígenas, em consonância com o entendimento defendido por vários autores na literatura. Os votos divergentes defenderam os princípios da segurança jurídica, do direito adquirido, do direito à propriedade, entre outros, fundamentando a decisão no sentido da manutenção do entendimento formulado durante o julgamento do caso Raposa Serra do Sol, em 2009. Contrapondo à decisão do STF, no Congresso Nacional tramitou o Projeto de Lei nº 2.903/2023, que acolhe expressamente o marco temporal. Porém, foi vetado parcialmente pelo Presidente da República.

### **Conclusão**

A teoria do marco temporal gera segurança jurídica quanto ao direito de propriedade, mas pode dificultar a demarcação e fomentar disputas de terras. A decisão sobre a demarcação coube, a princípio, ao Judiciário, que, em tese, deveria equilibrar os interesses das partes envolvidas. No entanto, há evidente conflito entre a decisão proferida no voto vencedor no RE 1017365 e a legislação federal (Projeto de Lei nº 2.903/2023), aprovada pelo Congresso Nacional e vetada pelo Presidente da República.

### **Referências**

BRASIL. Presidência da República. Mensagem nº 536, de 20 de outubro de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/Msg/Vep/VEP-536-23.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Msg/Vep/VEP-536-23.htm). Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei nº 2.903, de 2023. Regulamenta o art. 231 da Constituição Federal, para dispor sobre o reconhecimento, a demarcação, o uso e a gestão de terras indígenas [...]. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157888>. Acesso em: 6 out. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 1017365/SC. [...] Possibilidades hermenêuticas do artigo 231 da Constituição da República [...]. Recorrente: Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Recorrido: Fundação do Meio Ambiente. Relator: Min. Edson Fachin, 21 de setembro de 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5109720>. Acesso em: 6 out. 2023.